

# AVALIAÇÃO VIA “NOVA CPA” E ATAQUE AO RDIDP REVELAM PLANOS DE PRECARIZAÇÃO E CONTROLE DO CORPO DOCENTE

Rodrigo Neves  
Estagiário de Jornalismo

Daniel Garcia



Debate sobre "Nova CPA" no Instituto de Física, com a participação de representantes dos Associados e dos Doutores no Co (setembro de 2016)

*A existência da nova, hipertrofiada e hipercentralizada Comissão Permanente de Avaliação, ou “Nova CPA”, combinada com o “Estatuto do Docente”, reserva possibilidades ameaçadoras ao devir da USP. Daqui a cinco anos, quando se fizer a primeira avaliação quinquenal, ou na própria elaboração dos projetos acadêmicos (que precisam ser aprovados pela CPA), podem ocorrer cortes de docentes em tempo integral (RDIDP), conforme adverte o professor Adrián Fanjul (FFLCH). A professora Maria Luisa Schmidt (IP) vê, nos planos da Reitoria, grande risco de precarização do corpo docente*

**M**al tomou posse, o reitor M. A. Zago deixou clara sua revolta contra os direitos dos servidores da USP, sejam eles docentes ou funcionários técnico-administrativos. Como já visto, a guerra contra o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) foi publicamente declarada por ele na revista *Veja*, em plena greve de 2014, quando se disse disposto a “rever critérios da dedicação exclusiva do professor”. Emendou, deixando patente sua imensa ignorância de um princípio basilar do ensino superior público: “Por que tantos docentes em regime de dedicação exclusiva na universidade?”.

Menos conhecida é sua trajetória antes ser alçado

ao cargo de reitor. Bem vistas as coisas, sua carreira foi uma preparação para os ataques que iria desferir, principalmente aos docentes. M.A. Zago foi presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) no biênio 1997-1998. Assim como a gestão anterior, do professor Rogério Meneghini (1992-1997), e a posterior, do professor Carlos Humes Júnior (1998-2001), a gestão de Zago na CERT é considerada um período de perseguição aos docentes e de certo “terror” institucional.

Constituída por treze docentes indicados diretamente pelo reitor, a CERT deveria limitar-se a fiscalizar o cumprimento dos regimes de trabalho pelos docentes. Porém, ao invés de cumprir essa tarefa, ela vem usurpando a competência de departamentos e unidades, tratando de aprovar ou rejeitar relatórios de atividade docente, propor mudança de regimes de trabalho e propor estender o período de experimentação dos professores ingressantes.

Professora titular do Instituto de Psicologia (IP), membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp* e autora do artigo “Avaliação acadêmica, ideologia e poder”, Maria Luisa Schmidt relembra que ela e vários de seus colegas tiveram problemas com a CERT. A professora, por exemplo, chegou

a ficar 12 anos em período experimental. Para ela, “estava claro que era um dispositivo de opressão e de humilhação”, que visava submeter os professores. “Não me parecia que estavam interessados em saber o que efetivamente se produzia na universidade”.

Durante os anos 1990, M.A. Zago e seus colegas presidentes utilizaram o poder da CERT para instaurar uma inquisição contra os ditos “improdutivos”, propondo e conseguindo rebaixar o regime de trabalho de diversos docentes (em geral do RDIDP para o Regime de Turno Completo-RTC) ao se basearem em critérios como a contagem de artigos publicados (*papers*) em revistas de alto impacto. O resultado é que o docente “rebaixado” sofria enorme perda salarial, embora a Constituição proíba redução de salários.

Quase uma década depois, entre os anos 2007 e 2010, M.A. Zago presidiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento à pesquisa do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que obteve sucesso ao incentivar e fortalecer o produtivismo acadêmico nas universidades brasileiras, ao lado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com tal histórico, não é surpreendente que a gestão M. A. Zago-V. Agopyan tenha escolhido o RDIDP como um dos focos de seus ataques. Em poucos meses no cargo, em abril de 2014, o reitor estabeleceu uma portaria que constituía o Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), com o objetivo de “modernizar o regime de trabalho e os sistemas de avaliação individual no âmbito da USP, permitindo a valorização das atividades de educação, bem como a aplicação do conceito de ‘valorizar a qualidade’ às atividades fim da Universidade”.

**A Congregação da FFLCH, unidade do professor Ricardo Terra, rejeitou *in totum* e por unanimidade o relatório final do GT-AD, entre outros motivos “devido à ausência de diagnóstico amplo e fundamentado que explicita sua real necessidade e objetivos”. Outras congregações também recusaram o relatório final**



Professora Maria Luisa Schmidt

O GT-AD foi composto por 24 professores nomeados diretamente pelo reitor, sem passar sequer pelo Conselho Universitário (Co). Para presidi-lo foi indicado o professor Ricardo Terra, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que presidiu a CERT durante a gestão reitoral de J.G. Rodas. Rapidamente Terra mostrou grande afinidade com os planos de M.A. Zago para a carreira docente.

Vale registrar, além disso, que o GT-AD foi instituído de forma unilateral pelo reitor, paralelamente à criação da Comissão Assessora Especial do Conselho Universitário (Caeco) pelo Co, a qual se destinava a coordenar o



Daniel Garcia

aos insistentes pedidos da Adusp para a realização de debates, e ignorou a documentação enviada pela entidade.

Entre as “modernizações” propostas no documento preliminar estavam a obrigatoriedade de uma avaliação docente quinquenal; a centralização do mecanismo de avaliação; a possibilidade de rebaixamento salarial de regime de trabalho em caso de desempenho “insatisfatório”; a criação de novos e mais precários regimes de trabalho, como o Regime de Trabalho Integral, de 40 horas semanais como o RDIDP, porém sem dedicação exclusiva; e, por fim, a obrigatoriedade de que todos os novos docentes concursados ingressassem na universidade sob o Regime de Turno Parcial (RTP), de apenas 12 horas semanais.

Encaminhadas às unidades, tais propostas sofreram ampla rejeição. Assim, no relatório final do GT-AD, apresentado em junho e intitulado “Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação”, já não constavam as propostas de criação de novos regimes de trabalho e de contratação de professores em RTP. Mas também ele foi imediatamente rechaçado em diversos quadrantes da USP.

A Congregação da FFLCH, unidade de Terra, rejeitou o documento *in totum* e por unanimidade, entre outros motivos porque, argumentou, ele “possui bases pouco sólidas, devido à ausência de diagnóstico amplo e fundamentado que explicita sua real necessidade e objetivos”. Outras congregações também repudiaram as medidas propostas pelo GT-AD, como as da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), do Instituto de Física (IF) e da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

“Tudo era apresentado de uma maneira muito arrogante, como se os que não entendiam o documento fossem tontos”, disse, a propósito da rodada de apresentações do relatório final promovida pela Reitoria, o professor associado Adrián Fanjul, da FFLCH. “Isso reafirmou mais ainda a preocupação [do corpo docente], pois foi simultâneo a uma tentativa da CERT de realizar um balão de ensaio: ‘O que acontece quando cortamos a dedicação integral de uma série de docentes, que reação tem?’. A reação foi bastante grande, aqui na faculdade teve que vir o presidente da CERT, em uma sessão muito dura, onde ele viu uma oposição muito grande”. Deslegitimado o GT-AD, suas propostas sequer foram levadas à votação no Co. Tratava-se, porém, de um recuo tático da Reitoria, que voltaria à carga pouco depois, ao inventar outro grupo com as mesmas finalidades.

processo de mudanças estatutárias destinadas a, supostamente, democratizar a USP. “A Caeco foi uma tentativa de algum nível de democracia, para mudança do Estatuto. A avaliação era uma das áreas a serem revistas”, observa a professora Maria Luisa. A Caeco chegou a realizar cinco reuniões para discutir o tema, mas foi atropelada no começo de 2015 pelas propostas do GT-AD.

Embora a portaria que constituiu o GT-AD indicasse que o grupo poderia organizar debates ou consultas à comunidade acadêmica, ele trabalhou às escuras durante quase um ano, até divulgar um documento preliminar em março de 2015. Nesse período, Terra deixou de atender

**“Nada de votar coisas em congregação, ou coisa deste tipo”, advertiu em reunião do Co um irritado M.A. Zago. Mais tarde, seu chefe de Gabinete avisaria, na mesma linha: “Descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados”...**

Após a derrota, M.A. Zago criou em setembro de 2015 uma “comissão com a incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP”, conhecida como “Comissão dos Sete”, composta por aliados do reitor, entre os quais Terra, e presidida por Carlos Gilberto Carlotti Júnior, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Em fevereiro de 2016, em um encontro de dirigentes de unidades, a Comissão dos Sete expôs suas primeiras propostas. Na apresentação de *slides*, a superintendente jurídica Maria Paula Dallari Bucci defendeu a criação de uma nova Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”), que substituiria a CERT, e do correspondente “Estatuto do Docente”. Era o *pulo do gato* de M.A. Zago para, finalmente, levar a cabo sua concepção de carreira docente, capaz de gerar uma categoria dócil, vulnerável, descartável.

Naquele momento, a proposta era de que a “Nova CPA” seria composta por duas câmaras, cada uma delas formada por nove pessoas: a Câmara de Avaliação Institucional e de Gestão (CAI, responsável pela avaliação de departamentos e unidades) e a Câmara de Atividades Docentes (CAD, que seria criada a partir da transformação da CERT, para avaliação dos docentes), além de uma Comissão Plenária, presidida pelo vice-reitor e composta pelas duas câmaras anteriores, pelos pró-reitores e por representantes da Agência USP de Cooperação Acadêmi-



Professor Ricardo Terra

ca Nacional e Internacional (Aucani) e da Agência USP de Inovação (Auspin).

Por trás da nova aparência, estavam recicladas velhas propostas do GT-AD: avaliação quinquenal e sanções a “improdutivos”. Assim, a defesa de uma avaliação extremamente centralizada, em que dois grupos de nove professores avaliariam todos os outros docentes e unidades de ensino, e do produtivismo acadêmico, com recompensas aos “produtivos” e castigos aos “insuficientes”, continuou sendo um princípio da “Nova CPA”.

Mais detalhes sobre o novo e restrito colegiado chegaram aos docentes no dia 21 de março de 2016, em um encontro entre a Reitoria e docentes que haviam ingressado

na USP a partir de 2013. Na ocasião, o presidente da CERT à época, professor Luís Nunes de Oliveira, deixou claro o teor produtivista da proposta ao dizer que ela teria o objetivo de “promover as mudanças que a USP precisa para progredir nos *rankings* e se tornar uma universidade de primeira classe no universo das universidades internacionais”.

No dia 3 de maio, a primeira versão da “Nova CPA” e do “Estatuto do Docente” foi entregue às unidades para discussão, com detalhamento das propostas. Entre elas: que a Nova CPA se tornaria um órgão central da USP, lado a lado com o Co, o Conselho Consultivo e as Pró-Reitorias; que os nove membros de cada câmara (CAI e CAD) seriam indicados diretamente pelo Reitor, homologados pelo Co; que os resultados da avaliação quinquenal obrigatória, se insuficientes, poderiam resultar em suspensão da licença-prêmio; a possibilidade de processo administrativo para aplicação de penalidades; a impossibilidade de recursos para órgãos que não sejam a própria Comissão Plenária da CPA.

O planejamento inicial da Reitoria era votar as propostas em menos de um mês, no Co de junho. Temendo que a Nova CPA sofresse a mesma rejeição ampla em colegiados que fez o GT-AD naufragar, o reitor chegou a dizer que esperava que os dirigentes de unidades conduzissem as discussões “sem ultrapassar os limites daquilo que é competência de cada unidade, portanto nada de votar coisas em congregação, ou coisa deste tipo, porque não cabe”. Em e-mail de maio de 2016, Thiago Liporaci, chefe de Gabinete, indicava aos diretores de unidades: “Deve-se destacar que, por tratar-se de matérias cuja competência para aprovação é do Conselho Universitário, descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados das Unidades e órgãos”.

Apesar da pressão do reitor, quase um terço dos 51 colegiados que se manifestaram recusaram a Nova CPA na sua totalidade. A falta de critérios claros para a avaliação, bem como a ausência de pesquisas e diagnósticos que justificassem o novo órgão, foram criticadas pela maioria das unidades. “Mesmo entendendo que a avaliação faz parte de um processo de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dentro de um determinado sistema, não fica clara a real necessidade da avaliação no formato proposto. De fato, quais são os problemas a serem enfrentados e qual o motivo de uma estratégia punitiva? Como será, de fato, avaliada (critérios?) a qualidade das ações docentes

nos três pilares da Universidade (ensino, pesquisa e extensão)?”, questionou a congregação da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE). Já a congregação da FFLCH advertiu: “Se aprovadas as alterações propostas, teremos um órgão central dominando todo o processo de avaliação dos docentes, do probatório à aposentadoria, tão anti-democrático quanto a CERT na sua formação, mas muito mais poderoso e abrangente”.

**“A Nova CPA é uma espécie de formalização mais dura do que a CERT vem fazendo”, diz Maria Luisa Schmidt (IP). “O que está em jogo não é integrar a avaliação, mas torná-la mais centralizada e propícia ao enxugamento do quadro e enquadramento dos professores numa lógica plenamente produtivista”**

O aqodamento de M.A. Zago para aprovar a Nova CPA ainda no primeiro semestre de 2016 foi contrariado por uma greve das três categorias. Os professores chegaram a aprovar como um dos eixos de sua greve a retirada das propostas de reforma na avaliação institucional e na carreira docente. Acuado, o reitor decidiu não convocar o Co de 28 de junho, em que planejava submeter o projeto a votação.

Após as críticas, uma segunda versão da Nova CPA e do Estatuto do Docente foi apresentada no início de agosto, com poucas modificações. Nesta versão, a CPA continuava a ocupar o mesmo lugar da CERT, mas deixou de ser um órgão central para se tornar um órgão da Reitoria; em vez de CAD e CAI serem compostas, cada uma, por nove nomes indicados pelo reitor, elas passariam a ter três nomes indicados diretamente por ele e outros seis eleitos pelo voto de seus pares, nas suas respectivas grandes áreas. Apesar de alguns poucos recuos, os princípios do documento não foram modificados e os critérios de avaliação, questionados por mais da metade dos colegiados, não foram definidos claramente.

“A Nova CPA é uma espécie de formalização mais dura do que a CERT vem fazendo”, sintetiza a professora Maria Luisa. “O que está em jogo não é integrar a avaliação, mas

torná-la mais centralizada e mais propícia aos objetivos, às metas administrativas que se tem tanto de enxugamento do quadro, quanto de enquadramento dos professores numa lógica plenamente produtivista”.

No dia 19 de setembro de 2016, a Adusp divulgou denúncia anônima que recebera, segundo a qual a gestão M. A. Zago realizava tratativas secretas com a consultoria privada McKinsey&Company com o objetivo de desenvolver um “modelo de captação de recursos e de aprimoramento da gestão administrativa e financeira” para a USP. Por meio de um ofício, a Adusp exigiu esclarecimentos da Reitoria. Surpreendido pela revelação pública do acordo, o reitor passou a liberar informações “a conta-gotas” (vide p.30).

Levantou suspeitas o fato de que o acordo com a McKinsey, mediado pela “organização social” (oscip) Comunitas, fora negociado secretamente em paralelo à pressa da Reitoria para aprovar a Nova CPA. O Termo de Doação entre USP, Comunitas e McKinsey fora assinado em sigilo no dia 28 de junho, data em que o reitor planejava inicialmente aprovar a Nova CPA no Co. Como dito antes, a reunião do colegiado fora cancelada. Nas reuniões subsequentes do Co, nada se disse sobre a “parceria”. Somava-se a tais fatos a realização de reunião em 5/9, no Palácio dos Bandeirantes, entre o governador Geraldo Alckmin (PSDB), reitor, vice-reitor, dirigentes da McKinsey e da Comunitas e empresários e executivos dos grupos Itaú, Natura e Ultrapar.

Em nota, a diretoria da Adusp questionou: “Estaria [a Reitoria] tomando providências para implementar mecanismos de controle e avaliação (“Nova CPA”) que sinalizariam, aos grupos empresariais engajados nesse projeto, a segurança de que aquilo que eventualmente negociem com a USP — e ou com o governo estadual — será executado, dado o amplo controle que a Reitoria viria a exercer sobre as atividades e os projetos de seus docentes e unidades?”.

Pressionada, a Reitoria assumiu publicamente a existência do acordo, justificado pela criação de um certo projeto “USP do Futuro”, cujo objetivo seria a “melhoria da gestão da Universidade, bem como o aprimoramento e a ampliação da relação da instituição com a sociedade e o setor produtivo”. Para minimizar o problema, na reunião de 4 de outubro do Co, o reitor finalmente prestou algumas informações ao colegiado sobre a parceria com a McKinsey. Tentando sair da defensiva, M.A. Zago enquadrou as

críticas da Adusp e de outros setores como uma “tentativa de provocar intranquilidade e um ambiente de contestação e de conflito na universidade”. Como não houve maior reação do Co nem das unidades, o reitor ficou à vontade para fingir que nada de grave havia ocorrido.

## **Como exigiria maioria qualificada no Co (dois terços dos votos), o reitor recuou da ideia de extinguir a CERT. Assim, a proposta de criação da “Nova CPA” sem extinção da CERT, que só apareceu na quarta versão das minutas, foi aprovada por 63 votos a 32, na reunião do Co de 8 de novembro de 2016**

“Às vezes me dá a impressão que ele tem um acordo com esse *pool* de empresários brasileiros que estão pagando a McKinsey para tornar a USP importante para fins comerciais”, analisa a professora Maria Luisa Schmidt. “A USP se transformará radicalmente mesmo, esta USP pela qual a gente radicalmente lutou está com os dias contados, e a CPA serve para isso, adequar administrativamente a universidade a uma outra lógica e a outro modelo”.

A votação da “Nova CPA” e do “Estatuto do Docente” foi marcada para o Co seguinte, em 8 de novembro de 2016. Poucos dias antes da votação, no dia 3, a Reitoria enviou aos conselheiros uma quarta versão das minutas, que continham uma nova manobra para garantir a aprovação das propostas. Como a substituição da CERT pela CPA implicaria uma mudança no Estatuto da USP, requerendo maioria qualificada do Co (dois terços dos votos), M. A. Zago recuou da ideia de extinguir a CERT. Até aquele momento, a extinção era defendida pela Reitoria como uma inovação progressista dentro de suas propostas.

Assim, a proposta de criação da “Nova CPA” sem a extinção da CERT foi aprovada por 63 votos contra 32, sobrepondo um novo órgão centralizado de avaliação — dotado de poderes formais para normatizar, enquadrar e punir — a outro que não tinha tais prerrogativas, mas efetivamente assim procedia. Se o objetivo era criar um sistema supostamente mais racional e integrado de ava-



Professor Adrián Fanjul

liação, o resultado foi uma ampliação dos mecanismos de controle e punição do corpo docente.

No dia 5 de junho de 2017, eleitos os membros da CAD e da CAI, a CPA iniciou formalmente suas atividades. A definição dos critérios de avaliação será divulgada em até 180 dias, contados a partir da data de início dos trabalhos da comissão. Por outro lado, medidas da Reitoria que precarizam a carreira docente já haviam sido arrematadas pelo Co de 11 de abril, que aprovou a contratação de professores temporários em jornadas de oito horas semanais, sob a alegação de que a medida “permitirá a participação e contratação de pós-doutorandos com bolsa de agência de fomento”.

A aprovação da CPA reserva duas possibilidades para o futuro dos professores, no entender do professor Adri-

án Fanjul. “Uma, no melhor dos casos, será daqui a cinco anos quando se fizer a primeira avaliação quinquenal e cortarem um monte de gente da dedicação em tempo integral. Ou então, se o grupo de [M.A.] Zago se sentir mais forte, na própria elaboração dos projetos acadêmicos, que precisam ser aprovados pela CPA, pode acontecer que no decurso do ano que vem estes projetos já voltem com indicação de cortes no tempo integral. Depende da audácia de [M.A.] Zago e de quem o suceder”, avisa o professor.

“Havendo algum tipo de resistência, não sei se haverá, pode até acontecer que não tenha corte na dedicação integral. Mas não haverá contratação de professores, só temporários. E vários professores vão se aposentar, todos os que puderem. Com isto e a reforma da previdência, vai ter fila, vai se reduzir muito a quantidade de professores. Daqui a pouco teremos que gerenciar conflitos de grande competição entre pós-doutores e temporários que vão se matar entre si para decidir quem vai ser efetivado”.

Também para Maria Luisa, o que vem pela frente é nada menos do que a precarização do corpo docente da USP. “É difícil saber o que eles querem. Eles têm em perspectiva um outro modelo de universidade, certamente não baseado na dedicação integral e no tripé ensino, pesquisa e extensão”, reflete a professora do IP quanto

aos planos da Reitoria. “Esse dispositivo da CPA é uma maneira de exercer esse enxugamento do corpo docente. Enxugamento nesse sentido, de ter esses professores quase como um regime das particulares, de professores horistas. Já está começando, eles estão contratando professores precários com contrato de 8 horas ou 12 horas, que devem vir dar aula e pronto”.

Neste quadro, diz ela, talvez alguns poucos setores da universidade tenham condições de continuar sendo centros de excelência em pesquisa. “O RDIDP só pode ser uma ameaça aos planos que ele [M.A. Zago] tem, a USP se construiu, mal ou bem, baseada em duas coisas: a dedicação exclusiva e o tripé ensino, pesquisa, extensão. Ele está querendo é usar a CPA para essa adequação, apertar os professores e passá-los para regimes mais precários”.